

Quatro mil pessoas foram às ruas de Altamira, ontem, em apoio aos índios do Xingu. Um membro da UDR interpelou a atriz Lucélia Santos, que discursava. Mas os índios parecem ter imprimido um rumo prático às discussões sobre a ameaça de que são vítimas.

Texto: Manoel Dutra

Uma ação judicial contra a construção da barragem localizada na localidade de Volta Grande do Xingu foi uma das decisões tomadas ontem pelas lideranças indígenas reunidas em Altamira. Mas a maneira como o assunto será encaminhado está ainda dividindo os índios. Há os que preferem uma ação mais direta, pedindo o cancelamento da obra e outros que preferem o reestudo da barragem, pedindo à Justiça que determine uma completa reavaliação, expondo o projeto da usina em todos os seus detalhes para uma ampla discussão entre técnicos, índios e ecologistas. A usina está projetada para ser edificada no Xingu, entre a cidade de Altamira e a localidade de Belo Monte, perto do local onde a Transamazônica cruza o rio.

As lideranças indígenas avaliaram ainda a possível colaboração de entidades de brancos voltadas para os assuntos dos índios, como o CIMI e outras. É possível que a ação seja encabeçada pela União das Nações Indígenas (UNI), que eles consideram mais representativa. O advogado Paraguassu Eleres, que os defende, vai sugerir que, com a possível aquiescência da Justiça, instituições como a Universidade de Campinas sejam chamadas a dar a sua opinião sobre a barragem e o impacto ambiental que ela poderá causar sobre os índios Kaiapó e outros tribos, e em toda a região de Altamira.

Paraguassu opina que "se o governo e seus técnicos erraram em Tucuruí, qual a garantia de que não vai errar aqui também?". Em Tucuruí, explicou a previsão inicial, oficial, era inundar uma área de 1.680 quilômetros quadrados, reavaliados para 2.116 quilômetros mas terminando por inundar uma área de 2.480 quilômetros quadrados. Isso criou "um autêntico desastre para índios, colonos e para o ecossistema, como todos sabemos". Além disso, perguntou o advogado dos índios: "Se eles erraram em 49 por cento em Tucuruí, qual será o percentual do erro aqui?". Para Altamira a Eletronorte afirma que o rio Xingu será regularizado em torno da quota 100, o que não viria a prejudicar a cidade além de desalojar somente cerca de 300 índios e moradores ribeirinhos. Coisa em que ninguém acredita no encontro das nações indígenas.



Camilo Vianna, da Sopren, entregou prêmios a onze "mestres preservadores" da Amazônia

Ação judicial para impedir que Belo Monte seja erguida

Também ainda não está claro em que comarca será dada entrada do recurso contra a barragem. A obra está sob previsão de começar dentro de 5 anos, numa área dentro do município de Souza. Pode ser ação ajuizada na capital. Ontem às 13 horas, advogado, índios, ecologistas, técnicos da Eletronorte e a imprensa viajaram até Belo Monte, para ver de perto o local pretendido para a usina, que ficará distante 85 quilômetros de Altamira. No local era prevista uma ampla discussão sobre o assunto.

O senador inglês Tam Baylell, do Partido Trabalhista, disse ontem no centro comunitário de Altamira que ele e um grupo de parlamentares de seu país pretendem ampliar os contatos com o governo inglês, objetivando intensificar as pressões contra a construção de barragens na Amazônia.

Senador

"As usinas de Tucuruí e Balbina obtiveram recursos do Banco

Mundial, mas estou certo de que a instituição vai suspender os financiamentos de novas usinas hidrelétricas na Amazônia", afirmou Baylell, informando que "há um grande e crescente interesse da Europa toda sobre este movimento de vocês", dirigindo-se aos índios e ecologistas. "Nossa ideia é como se estivéssemos destruindo uma gigantesca biblioteca", acrescentou referindo-se às queimadas e às inunicações para reservatórios hidrelétricos. Tam Baylell disse que há 20 anos escreve para a revista "New Scientist" e vem acompanhando tudo que acontece na Amazônia há muito tempo.

AIDS e holocausto

A destruição dessa "biblioteca universal", na opinião do senador, poderá até mesmo inviabilizar conquistas como a cura da AIDS. "Temos a AIDS no mundo hoje e a sua cura pode muito bem estar no interior da floresta e já há uma árvore identificada que pode vir a ser a fon-

te do remédio para a AIDS. Mas o holocausto biológico poderá deixar a humanidade inteira sem saber jamais o que foi destruído".

Outro político europeu, Paul Staas, belga, do Parlamento europeu, opinou que a luta "pela sobrevivência de vocês é a luta pela sobrevivência da humanidade. A destruição que está havendo aqui nada tem a ver com desenvolvimento. É o oposto do desenvolvimento e, se prosseguir assim, gerações futuras não poderão sobreviver. Ele defende uma "proposta concreta" de reforma agrária no Brasil: "Há terras suficientes fora da Amazônia para a prática da agricultura".

Paul Staas acha que "é preciso eliminar grande parte da dívida externa que poderia ser convertida em projetos de desenvolvimento adequado ao meio ambiente". Ele informou que o Parlamento europeu está em vias de aprovar um código de conduta para regular o comportamento das multinacionais que atuam no Terceiro Mundo, como o Brasil, e convidou os parlamentares brasileiros a fazerem da ecologia a bandeira da campanha da próxima eleição presidencial. "O Banco Mundial tem que mudar suas políticas para com esta região", finalizou o político belga.

Paraguassu

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Paraguassu Eleres, respondendo ao que antes ouvira dos políticos estrangeiros, foi contundente ao afirmar que "a riqueza de vocês, europeus e norte-americanos, se deve em grande parte à nossa pobreza. Nossa dívida externa não pode ser usada em projetos ecológicos porque nada devemos a vocês. Essa dívida já foi paga há mais de 11 anos e ela nada tem a ver com o povo brasileiro: é coisa de banqueiro para banqueiro". E concluiu: "Vocês, americanos e europeus, apoiaram uma ditadura que aprofundou os problemas brasileiros e criou as condições para a existência dessa dívida".



O senador Baylell e dois estrangeiros que participaram dos debates



Eletronorte fica fora dos debates

Não mais participar de reuniões semelhantes a que se realiza em Altamira, sem que seja "garantida a integridade física de seus diretores": foi essa a decisão tomada pelo presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, e divulgada, ontem, em nota oficial assinada pelo gerente do Departamento de Comunicação Social, Diomedes Ferreira Júnior, acerca dos incidentes registrados entre índios presentes ao encontro e o diretor da empresa encarregado de explicar e justificar o projeto à assistência. A nota menciona, também, "a participação de manipuladores inconfessos dos povos indígenas". Também ontem a empresa decidiu qual será o novo nome da pretendida barragem a ser construída na região: Belo Monte, denominação dada ao lugar em que a Transamazônica cruza o rio Xingu.

É a seguinte a íntegra da nota oficial divulgada pela Eletronorte:

O presidente da Eletronorte, Miguel Rodrigues Nunes, indignado, não deseja comentar o incidente ocorrido em Altamira com um dos seus diretores, que teve sua integridade física ameaçada no encontro dos povos indígenas realizado naquele município.



Ele se restringe a lamentar o ocorrido considerando-o uma falta de respeito à própria Eletronorte que não tem se furtado em debater e esclarecer as questões de forma exaustiva.

Em decorrência, ele afirma que em princípio a empresa não mais participará de reuniões daquele tipo sem que seja garantida a segurança de seus técnicos e excluída a participação de manipuladores inconfessos

dos povos indígenas. Dia dos brancos Ontem o dia foi dos brancos no Centro Comunitário de Altamira. Os índios, representando mais de 30 povos diferentes, sentados sobre palhas de palmeiras no centro do ginásio municipal, ouviam tudo, algumas vezes pedindo para que fosse traduzido alguns dos discursos para a língua dos Kaiapó, o grupo anti-triunfo e o mais numeroso. A palavra foi dada a entidades ci-

vis, organizações de ecologistas, grupos comunitários, inclusive de Altamira e de Belém, a parlamentares brasileiros e estrangeiros, como José Lutzemberg, Camilo Vianna e outros. Todos, a uma voz, obviamente condenando a construção da barragem que os índios não querem mais que se chame "Kararaó". Pelos políticos falaram Fábio Feldman, do PSDB paulista, e Otávio Elisio, do PMDB de Minas.

Os dois deputados prometeram aos índios que levarão a questão das hidrelétricas do Xingu para debate no Congresso Nacional, onde a combaterão. Logo de saída eles prometem lutar para impedir a usina de Kararaó, junto com uma frente parlamentar interpartidária já existente. Hoje um grupo de parlamentares é esperado, procedente de Brasília, para manter contato direto com as lideranças indígenas na granja "Betânia".

No último dia do encontro indígena, a "Betânia" será aberta ao público até as 11 horas. Ao meio-dia uma numerosa comitiva dos índios irá ao aeroporto receber os deputados e senadores. As 17 horas haverá o ritual Kaiapó da festa do milho, previsto para acontecer na cidade, ao lado do Centro Comunitário, para que toda a população de Altamira possa presenciá-lo.

Um incidente com Lucélia na passeata de quatro mil

Quatro mil pessoas saíram às ruas de Altamira, ontem, para protestar contra o projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte (ex-Kararaó). A multidão se concentrou na praça central do bairro Brasília e apenas um incidente foi registrado. Foi quando a atriz Lucélia Santos subiu ao palanque para defender a ecologia e dirigir ataques à UDR, aludindo, ainda, ao caso do assassinato de Chico Mendes. Nesse momento um membro da União Democrática Ruralista interpelou grosseiramente a atriz, criando uma situação muito tensa.



Lucélia Santos discursando

Depois de momentos de apreensão, o homem foi retirado da praça por amigos e tudo voltou ao normal. Além de Lucélia participou rapidamente da manifestação o cacique Raoni, chefe dos Txucarramãe (ramo Kaiapó), juntamente com vários ecologistas, estudantes de Altamira e associações comunitárias. A manifestação de ontem não deixa dúvida sobre a profunda divisão popular de Altamira com relação à construção da hidrelétrica do Xingu. Na segunda-feira, o Movimento Pró-Kararaó (que ainda usa o antigo nome) botou na rua 180 carros lotados, para mostrar as razões pelas quais

querem que a usina de Belo Monte seja construída.

Na manifestação de ontem foi anunciada a criação do Movimento de Defesa do Xingu, para contrapor-se ao Moprok, por iniciativa dos estudantes do núcleo local da Universidade Federal do Pará, dos estudantes secundaristas de Altamira e com a participação de diversas entidades populares, algumas delas ligadas à Igreja. Depois da reunião da praça Brasília, grupos de jovens permaneceram no local, tocando e dançando ao som de um conjunto eletrônico e recitando poesias alusivas à ecologia, contra a barragem, contra a inundação e contra a poluição.

Sopren entrega onze prêmios

A Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia — Sopren — encerrou anteontem de manhã sua reunião paralela à dos índios e ecologistas, entregando certificados de "mestre preservador" e o "Prêmio Amazônia" a 11 pessoas que, segundo a entidade, se destacaram na defesa da região e de sua natureza. Foram agraciados representantes da região do Tocantins, Tapajós, região bragantina, Estado do Amazonas, Acre, de Altamira e uma norte-americana.

Entre os agraciados pela Sopren estão dois jornalistas, Lúcio Flávio Pinto (ausente por motivo de saúde) e Manoel Dutra,

correspondente de O LIBERAL em Santarém, homenageado com o diploma de "Mestre Preservador" e com o "Prêmio Amazônia". Na ocasião, Camilo Vianna aproveitou para agradecer a O LIBERAL "a excelente cobertura, uma das melhores" sobre o encontro de Altamira. Destacou que O LIBERAL, na maioria dos dias, era o único órgão de imprensa presente e disputado no centro comunitário. Agradeceu ainda a colaboração e "a compreensão" de toda a imprensa sobre os objetivos do encontro dos índios e da Sopren. Nestes dias, a Sopren teve aumentado o quadro de seus sócios, com dezenas de inscrições em Altamira.

Solidariedade em Londres

Duzentos manifestantes construíram anteontem, com peças de madeira, uma barragem simbólica de 20 metros, fechando a rua em frente à Embaixada do Brasil em Londres, em sinal de solidariedade aos índios do Xingu, empenhados em impedir a construção da usina de Kararaó, com a qual o governo brasileiro espera produzir 11 mil megawatts de energia elétrica, a um custo inicialmente estimado em 7 bilhões de dólares.

O ato público procurou chamar a atenção dos ingleses e da Europa para a realização do primeiro encontro dos índios do Xingu, que termina hoje. Foi pedido o empenho da sociedade internacional para que pressione o governo brasileiro e as instituições de crédito internacional para que os projetos hidrelétricos, como o de Altamira, sejam sumariamente cancelados. Segundo os manifestantes de Londres, "milhares de índios serão obrigados a abandonar suas terras" em meio "ao desastre ecológico" que advirá do reservatório de Volta Grande do Xingu, como já aconteceu em outras regiões do Brasil.

A informação sobre o protesto londrino foi dada pelo secretário do Movimento Internacional "Amigos da Terra", Antonio Smeraldi, um italiano que foi mandado pela entidade para acompanhar a reunião de Altamira. Também o governo italiano manifestou-se sobre o assunto com um telegrama remetido pelo ministro da Fazenda da Itália, Giulio Amato, a Bep-Kororoti Paiaká, dirigente máximo do encontro. O telegrama diz o seguinte:

"A destruição da selva amazônica já

causou muitos sofrimentos a vocês, além de ser uma ameaça concreta ao planeta inteiro. Asseguro meu empenho pessoal e do governo italiano para a luta dos índios brasileiros, para que ela seja levada em conta pelas instituições financeiras internacionais multilaterais nos casos de pedidos de financiamentos, pelo Brasil, destinados ao setor elétrico". O ministro da Fazenda da Itália remeteu também telegrama com teor parecido ao ministro Mailson da Nobrega. Conforme explicou Roberto Smeraldi, "esta é a primeira vez que o governo italiano se manifesta concretamente sobre a questão ecológica relacionada com os financiamentos ao Brasil". A sociedade "Amigos da Terra" já se espalha por 35 países e está travando luta cerrada junto ao Banco Mundial e pressiona bancos comerciais europeus e japoneses para que cancelem os créditos em estudo para a construção de hidrelétricas no Brasil.

Disse Smeraldi que, graças à ação dos "Amigos da Terra" e de outros movimentos, o Banco Mundial está protelando a concessão de 500 milhões de dólares ao Brasil, sobre o que a palavra final deverá sair dentro de dois meses. Por isso, diz ele, o governo brasileiro está buscando novas fontes de recursos junto a bancos comerciais europeus e japoneses, aos quais está pedindo 480 milhões de dólares para o setor elétrico. A organização "Amigos da Terra" já conseguiu 30 assinaturas de membros do parlamento europeu, contra a usina de Kararaó e outras hidrelétricas brasileiras. "Nosso desejo é bloquear esses financiamentos", reafirma Smeraldi.



Os índios do Xingu chegaram à uma decisão prática sobre a construção de Kararaó